

O PRINCÍPIO DA IGUAL CONSIDERAÇÃO DE INTERESSES SEMELHANTES COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NAS SÉRIES INICIAIS

THE PRINCIPLE OF EQUAL CONSIDERATION OF SIMILAR INTERESTS FOR THE TEACHING OF SCIENCES IN PRIMARY SERIES OF THE FUNDAMENTAL EDUCATION.

Teresinha Id. Bravo Universidade Federal de Santa Catarina/ Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica/ Colégio de Aplicação, terebravo@ca.ufsc.br

RESUMO:

Este artigo apresenta o princípio da *igual consideração de interesses semelhantes*, proposto pelo filósofo Peter Singer, como subsídio para o trabalho de professores preocupados com a formação moral e ética de seus alunos, especialmente ao Professor Pedagogo, responsável pelo ensino de ciências nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. A *igual consideração de interesses semelhantes* é um princípio de não opressão, aplicável na defesa dos interesses de todos os seres sencientes e tem como base o atendimento da dor de quem a sofre, independente de suas características físicas, biológicas, fisiológicas, neurológicas ou capacidades intelectuais.

Palavras-chave: ensino de ciências, ética, igual consideração de interesses semelhantes, animais não-humanos.

ABSTRACT

This article presents the principle of equal consideration of similar interests, proposed by the philosopher Peter Singer, as a basis for the work of teachers concerned with their students' moral and ethical formation. This view is especially aimed at teachers whose background is a Pedagogy course and are responsible for the teaching of sciences in Primary Series of the Fundamental Education. The principle of equal consideration of similar interests proposes that non oppression should be extended to the defense of interests of all sencientes (sensitivity and awareness) beings and to the relief of their pain, regardless of their physical, biological, physiologic and neurological characteristics .

Keywords: science teaching, ethics, equal consideration of similar interests, non-human animals.

Apresentação:

O filósofo Peter Singer, nasceu na Austrália em 1946. Em 1971 começou sua carreira acadêmica lecionando em Oxford. Entre 1977 e 1992, foi professor na Monash University, em Melbourne onde fundou e dirigiu o Centro de Bioética Humana. Desde 1999 é catedrático de Bioética (“Ira W. De Camp Professor of Bioethics”) no Centro de Valores Humanos da Universidade de Princeton, onde foi nomeado por ser um dos principais intelectuais em seu campo de atuação, além de ser um professor excelente e empenhado.

Peter Unger, um famoso professor de filosofia da Universidade de Nova York, escreveu uma carta ao Wall Street Journal, dizendo: “esse australiano, mundialmente reconhecido, pode bem ser o professor mais notável que seu país já produziu; sob qualquer perspectiva, ele é o mais influente estudioso de ética, vivo.”

Geralmente o nome escolhido em Princeton é de consenso, mas em relação à indicação de Peter Singer surgiram polêmicas originadas, principalmente, ao fato de que ele trabalha com assuntos difíceis e instigantes e em muitos casos, desafia modos de pensar existentes há muito tempo -ou modos de evitar o pensar-sobre aqueles assuntos.

Entre os inúmeros livros organizados por ele, pelo menos quatro encontram-se traduzidos para o Português: *Libertação Animal, Ética Prática, Vida Ética, Um só Mundo: a Ética da Globalização*.

Seus livros estão traduzidos para quinze idiomas e são muito utilizados no ensino de ética na Europa e Estados Unidos. *Repensando a Vida e a Morte*, publicado em 1994, foi premiado pelo Conselho Nacional do Livro, na Austrália.¹

Ética e moral, identificando fronteiras e atribuições na escola

A ética colocada na apresentação dos temas transversais, enquanto um tema transversal, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para o Ensino fundamental, nos assinala como função da escola a formação ética de seus alunos, logo, o conjunto de professores, deveria ter em seus planos ou em suas mentes, situações reais ou fictícias em que temas sobre Ética fossem tratados como elemento constitutivo de seu fazer pedagógico, e não simplesmente como uma disciplina à parte sob a responsabilidade de um professor, com uma lista de conteúdos definidos. A ética sob esta perspectiva está sendo colocada como um conjunto de princípios que precisam ser explicitados, pois já estão postos:

*Valores e regras são transmitidos pelos professores, pelos livros didáticos, pela organização institucional, pelas formas de avaliação, pelos comportamentos dos próprios alunos, e assim por diante.*²

Por um lado, nos questionamos sobre a formação profissional e as condições concretas e/ou suportes teóricos que foram oferecidos aos professores para assumirem essa determinação. Por outro, a ausência desse caráter de disciplina curricular que foi retirado da ética e colocado enquanto tema transversal, poderia ser considerado um avanço? Ou acaba por ser responsabilidade de ninguém?

Por que seria responsabilidade de ninguém?

¹ Cfr www.luganoeditora.com.br. Nomeação html. Acesso em 20/08/05.

² RASIL MEC/ Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Apresentação dos Temas transversais: Ética Brasília: MEC/SEF, 1997.

Primeiro, porque a formação do Professor Pedagogo é bastante ampla e generalista, muitas vezes não contempla todos os conhecimentos específicos das disciplinas ministradas. Assim sendo, o conteúdo de ética é mais um problema entre tantos a resolver. Segundo, os professores de Licenciaturas específicas, tanto quanto o Pedagogo, não se sentem à vontade com esse tema, pois sua formação também não contemplou estudos específicos sobre ética. Mas seria apenas uma questão de formação inicial, ou o tema em si é polêmico por sua própria introdução no âmbito escolar e principalmente por estarmos vivendo um período de crise de valores em que alguns valores inquestionáveis estão perdendo esse “status”? Ou seria a Ética uma responsabilidade apenas do professor de Filosofia?

A quem cabe, afinal de contas, ensinar Ética? Seria papel da escola ?

Terceiro, se pensarmos na máxima de Platão³ (“mas será apenas possível ensinar a ética?”) e, por conseqüência, se pensarmos o quão frágeis encontram-se os valores que até pouco tempo alicerçavam nossa vida em sociedade, “ *parece mais do que tempo de se questionar a superficialidade com que a temática vem sendo tratada, tanto pelos textos legais, quanto pelas análises que sobre eles estão sendo produzidas.*”⁴

Temos agora uma série de questões para serem pensadas...

Em nosso cotidiano muitas vezes moral e ética aparecem como sinônimo, vejamos o que a filósofa Marilena Chauí⁵ aborda para diferenciá-las.

Segundo Chauí, as pessoas em geral, se solidarizam umas com as outras em situações de penúria, catástrofes e acidentes dos mais diversos... Ações motivadas pelos sentimentos de solidariedade, medo, orgulho, honradez, altruísmo, honestidade, vaidade, covardia... exprimem nosso senso moral. A consciência moral está relacionada aos valores comuns entre os indivíduos pertencentes a uma determinada sociedade, casta, ou classe social. Portanto, podemos ter mais de um código moral numa sociedade que, como a nossa, se caracteriza por grandes discrepâncias culturais e econômicas entre seus membros.

A sociedade na qual nascemos, a família e os demais grupos sociais aos quais vamos nos inserindo, vão paulatinamente nos formando em relação aos deveres e valores a serem seguidos. Desta forma, naturalizamos determinadas condutas morais.

Os costumes, porque são anteriores ao nosso nascimento e formam o tecido da sociedade em que vivemos, são considerados inquestionáveis e quase sagrados (as religiões tendem a mostrá-los como tendo sido ordenados pelos deuses, na origem dos tempos). Ora, a palavra *costume* se diz, em grego, *ethos* – donde, ética – e, em latim, *mores* – donde, moral. Em outras palavras, ética e moral referem-se ao conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade e que, como tais, são considerados valores e obrigações para a conduta de seus membros. Sócrates indagava o que eram, de onde vinham, o que valiam tais costumes.⁶

Sócrates queria saber se o que a sociedade considerava “*virtuoso e bom correspondia efetivamente a virtude e ao bem*”... e se os indivíduos tinham “*efetivamente consciência do significado e da finalidade de suas ações, se seu caráter ou sua índole são virtuosos e bons realmente.*”⁷

³ Cfr VALLE, Lílian. “ Ainda sobre a formação do cidadão: é possível ensinar ética? ” In: *Educação & Sociedade*. São Paulo: CEDES, ano XXII, nº 76, out/2001.

⁴ Idem, p. 176

⁵ Cfr CHAUI, Marilena. *Filosofia*. São Paulo: Ática, 2002, p. 160-177.

⁶ Idem, p. 166.

⁷ Idem

Assim sendo, para uma atitude ética, não basta ser moralmente virtuoso, é necessário “conhecer as causas e os fins de suas ações e de suas atitudes e a essência dos valores morais.”⁸

Princípios Éticos

Quais as atitudes que poderiam ser consideradas éticas?

Singer afirma que para uma atitude ser considerada ética faz-se necessário que tenha uma justificativa, mas não vale qualquer justificativa. É necessário que esteja baseada em um princípio do qual não apenas a pessoa envolvida seja beneficiada. A ética, portanto, exige uma conduta que leve em conta o universal e não o individual. O que significa levar em conta o universal? Significa ter uma conduta ética pautada por princípios que transcendam o individualismo e as fronteiras de nossas preferências.⁹

Para Singer, uma atitude não pode ser tomada em benefício próprio, mas deve levar em consideração o *interesse* de todos os seres que serão afetados pela decisão - “a capacidade de sofrer e de sentir prazer é um pré-requisito para se ter algum interesse”¹⁰. O princípio da *igual consideração de interesses semelhantes*, de papel fundamental na proposta teórica desse autor, consiste em atender interesses semelhantes de forma semelhante. Segundo o mesmo, atender igualmente a interesses semelhantes pode exigir tratamento diferenciado ou aparentemente desigual.

Desta afirmação vem a questão: como sei que esse tratamento é desigual apenas na aparência? Vejamos, por exemplo: Em uma escola há apenas um exemplar de um determinado livro na biblioteca e duas crianças desejam pegá-lo para realizar uma tarefa escolar. Uma das crianças só vai ter acesso aquele material, a outra tem condições de buscar outros materiais e conta com a ajuda da família. Quem deverá levar o livro? A resposta a esta pergunta deve considerar as conseqüências da ação. A partir das conseqüências é que posso julgar se a ação foi igualitária ou não. Ou seja, se utilizar o princípio da *igual consideração de interesses semelhantes*, o livro deverá ser emprestado à criança que não tem outra fonte de informação, pois sem o livro como fará a tarefa? Se a outra tem a possibilidade de obter um outro material, as duas terão os seus interesses garantidos.

O princípio da *igual consideração de interesses semelhantes* inclui no âmbito da comunidade moral¹¹ todos os seres sencientes.¹² A partir desta linha divisória pensemos em nossa alimentação diária.

Todos os humanos do planeta têm interesse em saciar a fome. Alguns têm a possibilidade de escolher o alimento para saciá-la. Alimentos podem ser de origem vegetal ou animal. Na aplicação do princípio da *igual consideração de interesses semelhantes*, em relação à seleção de alimentos, a escolha resultará nos de origem vegetal pela seguinte razão: enquanto o ser humano tem interesse em saciar a fome e não morrer de inanição, o animal tem interesse em permanecer vivo. Na aparência, por uma atitude naturalizada em usar animais na alimentação, pode parecer que, ao escolher o alimento de origem vegetal, privilegiamos o animal, em relação aos humanos e aos vegetais. Na verdade foram considerados os dois seres que têm interesse. O primeiro saciou a sua fome e ambos permanecem vivos.

⁸ Idem, p. 167.

⁹ Cfr SINGER, Peter. *Vida Ética*. Rio de Janeiro : Ediouro, 2000. p.25-36.

¹⁰ SINGER, *Libertação Animal*, p.9

¹¹ É a totalidade dos seres em relação aos quais reconhecemos ter deveres morais. A comunidade moral se constitui de agentes e pacientes morais. Entendendo por agente aquele que tem liberdade e toma decisões; e por paciente aquele que sofre a ação do outro. Cfr. NAVERSON, *Contractarian Rights*. University of Minnesota Press Minneapolis, 1984, p 161-174.

¹² São aqueles que reúnem as características de *sensibilidade e consciência*. Cfr SINGER, *Libertação Animal*, p.8 e

*Para ter interesses, em sentido estrito e não metafórico, um ser precisa ser capaz de sofrer ou de sentir prazer. Se um ser sofre, não pode haver justificativa moral para desconsiderarmos esse sofrimento, ou para nos recusarmos a atribuir-lhe um peso igual ao do sofrimento de qualquer outro ser. Mas o contrário também é verdadeiro. Se um ser não é capaz de sofrer, ou de sentir prazer, nada há para ser levado em conta*¹³.

Singer sugere dois indicadores como prova da capacidade de animais não-humanos em sofrer e sentir dor: “o comportamento do ser – se ele se contorce, emite gritos, tenta fugir da fonte de dor e assim por diante – e a semelhança do seu sistema nervoso com o nosso.”¹⁴ Até o momento, não há comprovação científica sobre a manifestação de interesse dos vegetais, sensibilidade à dor ou consciência.

Na História, em todos os sistemas autoritários os indivíduos considerados diferentes foram discriminados igualmente tanto os negros, quanto os judeus, quanto os homossexuais, quanto as mulheres... Em nenhum momento foi pensado um tratamento que atendesse igualmente os interesses semelhantes. No âmbito da educação, a igualdade de oportunidades não diminuiu as desigualdades sociais, nem plantou o germe para uma sociedade mais equitativa. Primeiro, porque “a verdadeira igualdade de oportunidades exige de nós a certeza de que as escolas ofereçam a todos as mesmas vantagens.” Segundo, [...] “mesmo que as escolas forem (sic) as mesmas, algumas crianças serão favorecidas pelo tipo de lar do qual provêm.” Terceiro, ainda existiriam diferenças culturais, de classes sociais e “é bem provável que, no presente, as diferenças sociais acentuem as diferenças genéticas”.¹⁵ Desta forma, fica evidente que a igualdade de oportunidades privilegia os mais afortunados, não contribuindo em nada para uma sociedade mais justa.

O princípio da *igual consideração de interesses semelhantes* é contrário à proposta de igualdade de oportunidade, porque não atende igualmente aos interesses semelhantes. Para ilustrar, pensemos na maternidade. As mães têm interesse em ter um ambiente adequado para dar à luz ao seu bebê. Após o nascimento ela aquece, amamenta, cuida e protege seu filho. Entre os animais mamíferos, as fêmeas têm igual oportunidade em parir, algumas ficarão prenhas, mas o interesse em perpetuar a espécie não significa fazê-lo de qualquer forma. O interesse de todas elas é poder fazer seu ninho, lambar o filhote ao nascer, aquecê-lo, protegê-lo, amamentá-lo e dar os cuidados necessários para que permaneça vivo e cresça. Isto nas fazendas e sítios, onde vivem de acordo com seus instintos.

Atualmente, a visão dos humanos que criam animais segundo os modelos comerciais de criação intensiva para serem comercializados, é equivalente à visão mecanicista de Descartes (século XVII). Singer afirma, neste sentido: “[Descartes] sustentou que tudo que consiste de matéria é governado por princípios mecanicistas, a exemplo do funcionamento de um relógio”¹⁶. A partir desta lógica, o corpo humano também é considerado uma máquina, mas para evitar este raciocínio Descartes esclarece que no universo há dois tipos de coisas: “coisas do espírito ou alma e coisas da natureza física ou material”¹⁷. Assim sendo, os humanos têm consciência e têm uma alma imortal, ambas relacionadas ao plano espiritual. Essa identificação de alma com consciência traz, então, conseqüências dolorosas para os animais. Se eles não têm alma, não têm consciência. Sendo assim, os animais não-humanos são desprovidos de consciência, não sentindo prazer nem dor.

Se os animais não-humanos forem comparados a relógios, não há problema em usá-los vivos e sem o uso de anestésicos em experimentos. Para os pesquisadores, gemidos ou grunhidos seriam apenas sinais mecânicos num corpo sem sensibilidade. Historicamente, com os avanços

¹³ SINGER, *Libertação Animal*, p. 194

¹⁴ Idem p. 110

¹⁵ Idem p.48.

¹⁶ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Porto alegre: Lugano, 2004. p.226.

¹⁷ Idem.

nos conhecimentos sobre fisiologia e neurociências, logo são percebidas semelhanças entre a fisiologia de humanos com animais não-humanos.

Para os granjeiros, uma galinha é uma máquina que transforma ração em ovos. Para os criadores de gado, “os animais são máquinas que transformam forragem de baixo preço em carne de alto preço”.¹⁸ Do mesmo modo, segundo esta visão, as vacas leiteiras são máquinas de parir, dar leite incessantemente e poder-se-ia assim, enumerar muitas outras formas nas quais os animais são utilizados como objetos a serviço dos humanos. No entanto, Singer defende que os animais são seres sencientes, que têm consciência e sensibilidade, e que não devem, portanto, ser tratados como meras engrenagens do lucrativo agronegócio, como é possível observar no texto abaixo:

Depois que a primeira cria é levada, inicia-se o ciclo produtivo da vaca. Ela é ordenhada duas vezes por dia, às vezes três, durante dez meses. Após o terceiro mês, ela será emprenhada novamente. Será ordenhada até cerca de seis a oito semanas antes que o próximo bezerro esteja pronto, e então, novamente, assim que o bezerro lhe é retirado. Em geral, esse ciclo intenso de prenhez e hiperlactação pode durar apenas cerca de cinco anos. Depois disso a vaca “gasta” é enviada para o abate, onde vira hambúrguer ou ração para cães.¹⁹

O manejo de todos os animais de criação intensiva tem um ponto em comum: menor custo e maior lucratividade, logo, não importa o quanto sofra esse animal em uma minúscula baia, não podendo sequer deitar-se sem dificuldades, ou mover-se para prover-se.

Atualmente, a criação intensiva não permite que as fêmeas exerçam naturalmente seus instintos. O bezerro é separado da mãe logo ao nascer e a partir desse momento a vaca tem como função parir e dar leite. Passando a sua curta e triste existência em uma baia controlada por luz artificial, tendo espaço apenas, para levantar e deitar. Assim como a vaca, a porca também é considerada uma unidade de fabricação. Ela é emprenhada, tem seus filhotes retirados e torna a emprenhar. Neste processo, permanece confinada durante toda a sua existência numa pequena baia, cujas grades de ferro deixam as marcas em seu corpo.

Reverdo Costumes

De acordo com que foi relatado, na apresentação dos temas transversais contidos nos PCNs para o Ensino fundamental, cabe a escola também, a formação moral dos alunos, principalmente através da reflexão, do diálogo e de atitudes que afirmem a criança como um ser com direito a ser respeitada de fato, ser apreciada em sua singularidade e podendo exercer no cotidiano a democracia.

No entanto, por se tratar de uma referência curricular nacional que objetiva o exercício da cidadania, é imperativa a remissão à referência nacional brasileira a: Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. Nela, encontram-se elementos que identificam questões morais. Por exemplo em seu art 1º traz, entre outros, como elementos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político. A idéia segundo a qual todo ser humano, sem distinção, merece tratamento digno corresponde a um valor moral.²⁰

¹⁸ Idem p. 110

¹⁹ Idem p. 155.

²⁰ BRASIL. MEC/ Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Apresentação dos Temas transversais: Ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

O documento tem como referência a Constituição do Brasil, onde se aborda a dignidade da pessoa humana, mas o documento sobre ética nem sequer cita quem são as pessoas não-humanas, deixando em aberto qual o tratamento que se recomendaria em relação a sua dignidade, ou a essas não é necessário um tratamento digno? Essa omissão não permite deduzir que estes não tenham nenhum interesse semelhante ao dos humanos. São exemplos, o interesse de: manter-se vivo, não sentir dor injustificável²¹, preferir o prazer, não ser maltratado e mover-se para prover-se. Esse tipo de abordagem pode contribuir para que a criança reflita sobre a idéia de que o humano sempre dominou outras espécies e assim deve continuar sendo.

A partir do que afirma Singer, acredito que a luta pelos interesses das pessoas não-humanas não apenas não concorre com quaisquer interesses dos seres humanos, mas, pelo contrário, entendo que a proposta teórica e prática de Peter Singer, coaduna-se com a emancipação de homens, mulheres e todos os seres oprimidos, pois o princípio da *igual consideração de interesses semelhantes* é um princípio de não opressão, aplicável na defesa dos interesses de todos os seres sencientes, independentemente de suas características físicas, biológicas, fisiológicas, neurológicas ou capacidades intelectuais. A consideração pelo outro exige que nossas atitudes sejam tomadas de acordo com as necessidades desse outro, observando o quanto este, na condição de paciente moral, será afetado pelas nossas ações. Na história da humanidade, há inúmeros exemplos de atitudes especistas²², contra as quais sempre se ergueram vozes dissidentes²³. Basta lembrarmos das arenas de Roma, do holocausto nazista, da escravidão dos negros e da continuada exploração de homens, mulheres, crianças e animais não-humanos. Neste sentido, Singer afirma:

[D]evemos deixar bem claro que a defesa da igualdade não depende da inteligência, da capacidade moral, da força física ou de outros fatos similares. A igualdade é **uma idéia** moral, não é a afirmação de um fato... O princípio da igualdade dos seres humanos não é uma suposta igualdade de fato existente entre seres humanos: é a prescrição de como devemos tratar os seres humanos²⁴. (grifo meu)

O que Peter Singer diz em relação aos humanos ele aplica aos animais não-humanos, porque a igualdade é uma exigência moral que não se sustenta numa constatação fática, já que é uma construção cultural e, por outro lado, porque o princípio ético da *igual consideração de interesses semelhantes* oferece uma base consistente para incluí-los, desde que satisfaça os requisitos de universalidade, objetividade e não-arbitrariedade. O conhecimento científico, baseado nas neurociências, está suficientemente evoluído para fornecer um subsídio teórico confiável, que nos possibilite saber quais seres sentem algum tipo de dor ou sofrimento em situações específicas. Avaliar nossas ações, pela dor ou sofrimento que possam causar a um outro ser, é uma posição ética que claramente questiona a razão pela qual não se inclui animais não-humanos na nossa comunidade moral.

O princípio da *igual consideração de interesses semelhantes* proposto por Singer, pode trazer um outro olhar para o tratamento dos conteúdos escolares, especialmente, os que desenvolvem questões relativas a ética, possibilitando assim, uma nova relação entre os envolvidos nesse processo pedagógico. Pois, se os educandos aprendem desde cedo que as pessoas não-humanas também têm interesses semelhantes aos das pessoas humanas, por exemplo: o de não sentir dor, o de não ser privado dos meios de vida e o de não serem mortos

²¹ A única dor justificável é aquela que beneficia o animal.

²² O termo especismo foi criado por Richard Ryder, para designar preconceito ou atitude parcial (*tendenciosa*) em favor dos interesses de interesses dos membros das outras espécies. In: SINGER, Peter. *Vida Ética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p.52 (grifo meu)

²³ FELIPE, Sônia T. Por uma questão de Princípios: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis, Fundação Boitex, 2003.

²⁴ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Porto Alegre: Lugano, 2004. p. 6.

injustificadamente, passarão a enxergá-las e a tratá-las de uma outra forma. Uma mudança sem dúvida nenhuma de grande valor ético.

Considerações Finais

O ponto central desse texto é a formação ética dos sujeitos, especialmente das crianças, mas não é possível pensar em uma formação ética sem que os educadores se pensem enquanto agentes morais, formando outros agentes morais. Uma visão especista e antropocêntrica vai naturalizando nas crianças a idéia de que a dominação dos humanos sobre as outras espécies sempre foi assim, e assim deve continuar sendo. Instigar outros olhares e questionar essa máxima sobre o mundo em que se vive, é parte de nosso fazer pedagógico.

A formação ética de um sujeito não está limitada aos muros da escola pois, no cenário atual a escola passou a ser mais uma instância formadora entre tantas outras nas quais as crianças estão inseridas e justamente por esse motivo, a escola deve assumir o seu papel de agente educacional.

Uma vez que as crianças venham a conhecer um modo diferente de se relacionar com as outras pessoas humanas e não-humanas, têm a possibilidade de requerer um tratamento mais adequado para si e questionar atitudes presentes no cotidiano, que desrespeitam interesses próprios ou alheios que devem ser respeitados. Mas, acima de tudo, vejo o princípio ético da *igual consideração de interesses semelhantes* como ferramenta básica para uma conduta moralmente mais desejável do que simplesmente exigir respeito às diferenças ou ensinar que “todos” somos iguais.

Referências

BENTHAM, Jeremy. *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

BRASIL MEC/ Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Apresentação dos Temas transversais: Ética Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHAUI, Marilena. *Filosofia*. São Paulo: Ática, 2002, p. 160-177.

FELIPE, Sônia T. *Por uma questão de Princípios: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais*. Florianópolis: Fundação Boitex, 2003.

NAVERSON, *Contractarian Rights*. University of Minnesota Press Meneapolis, 1984.

SINGER, Peter. *Ética Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. *Libertação Animal*. Porto Alegre: Lugano. 2004.

_____. *Vida Ética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

VALLE, Lílian. “ Ainda sobre a formação do cidadão: é possível ensinar ética? ” In: *Educação & Sociedade*. São Paulo: CEDES, ano XXII, nº 76, out/2001.

www.luganoeditora.com.br. Nomeação html. Acesso em 20/08/05.